

Cibercrime e e-evidence

20 de abril de 2026 | Lisboa | CEJ – Sala Luís Ribeiro

Ação de Formação Contínua Tipo AF

Destinatários: Juízas/es e magistradas/os do Ministério Público, Advogados e outros profissionais da área forense.

Objetivos: Atualizar e consolidar conhecimentos sobre cibercrime e prova digital, explorando as mais recentes evoluções legislativas, técnicas e jurisprudenciais nesta matéria, de forma a dotar os participantes de competências para identificar, adquirir, preservar e valorar prova digital de forma processualmente válida. Serão ainda debatidos desafios práticos e éticos associados à investigação de crimes informáticos, com vista a reforçar a cooperação entre juristas, peritos forenses, forças de segurança e demais intervenientes na justiça.

Manhã

09h45 Abertura e apresentação da ação

10h00 Breve incursão sobre alguns tipos legais em sede de Cibercrime

Rui Teixeira, *Juiz Desembargador em funções no Tribunal da Relação de Lisboa*

11h00 Pausa

11h15 Análise prática dos artigos 15.º e 17.º da Lei do Cibercrime

Valter Alves, *Procurador da República em funções na 7.ª Secção do DCIAP*

12h00 Debate

Moderação: **Antero Taveira**, *Procurador da República, docente do CEJ*

Tarde

14h00 Alguns instrumentos de cooperação judiciária internacional em sede de recolha de prova digital e possíveis evoluções – O novo regime europeu de recolha de prova digital transfronteiriça

Antero Taveira, *Procurador da República, docente do CEJ*

15h00 Questões relevantes em sede de acesso a metadados após a Lei n.º 18/24, de 5 de Fevereiro

Rui Cardoso, *Procurador-Geral Adjunto, Diretor do DCIAP*

16h00 Debate

Moderação: **Miguel Rodrigues**, *Procurador da República, docente do CEJ*